

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 20\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ o linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicadas notícias que não venham acompanhadas da importância precisa para garantir o seu custo.

**ASSINATURAS:**

	Ano	Semestre
Para o País...	1 000\$00	600\$00
Para países do espaço português...	1 500\$00	800\$00
Para outros países ...	1 200\$00	1 000\$00
AVULSO Por cada duas páginas...	4000	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados vanda avulsos.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data finda ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

**SUMÁRIO**

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS:**

Portaria n.º 39/85:

Procede ao reforço de verbas do Orçamento Geral em vigor.

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:**

Portaria n.º 40/85:

Põe em circulação selos da emissão comemorativa do X Aniversário da Independência Nacional.

**Gabinete do Primeiro Ministro:**

Direcção-Geral da Função Pública.

**Ministério da Economia e das Finanças:**

Tribunal de Contas.

Avisos e anúncios oficiais.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS**

Secretaria de Estado das Finanças

Portaria n.º 39/85

de 6 de Julho

Tornando-se necessário proceder ao reforço de algumas verbas do Orçamento Geral em vigor;

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Secretário de Estado das Finanças, o seguinte:

São efectuadas as seguintes transferências de verbas na tabela de despesas do Orçamento Geral em vigor:

Capital	Artigo	Número	Rúbricas	Reforços	Anulações
			Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento		
	5.º		Gabinete do Secretário de Estado		
		61.º	Vencimentos e salários.	179 522\$60	
	6.º		Direcção-Geral da Cooperação		
		74.º	Vencimentos e salários.		179 522\$60
			Soma ... ..	179 522\$60	179 522\$60
			Secretaria de Estado da Administração Pública e Trabalho		
	12.º		Gabinete do Secretário de Estado		
		119.º	Vencimentos e salários.		60 000\$00
		122.º	Remunerações por serviços auxiliares... ..	30 000\$00	
		125.º	Vestuários e artigos pessoais ... ..	30 000\$00	
			Soma ... ..	60 000\$00	60 000\$00

Secretaria de Estado das Finanças, 6 de Julho de 1985. — O Secretário de Estado, *Arnaldo França*.

## MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

**Portaria n.º 40/85**

**de 6 de Julho**

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro dos Transportes e Comunicações, o seguinte:

Artigo único. São postos em circulação, a partir do dia 5 de Julho de 1985, 75 000 selos da emissão comemorativa do «X Aniversário da Independência Nacional», com as dimensões de 35 × 35<sup>mm</sup>, denteado 13 3/4, impressão offset, a quatro cores em papel couché, nas taxas de 8\$ e 12\$.

Ministério dos Transportes e Comunicações, 29 de Junho de 1985. — O Ministro, *Herculano Vieira*.

## GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

### Direcção-Geral da Função Pública

Despacho do Camarada Primeiro Ministro:

De 3 de Junho de 1985:

Orlando António dos Santos, 1.º oficial do quadro privativo do Município da Praia — dada por finda a comissão ordinária de serviço, no cargo de Delegado do Governo do concelho do Maio, com efeitos a partir de 1 de Junho do corrente ano.

Despachos do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros.

De 1 de Fevereiro de 1985:

Amílcar Sousa Lima, técnico superior de 3.ª classe — nomeado, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Assessor do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento vigente. — (Isento do «Visto» nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho).

De 28:

Francisco de Paula Spencer, Silvino Cesário Lopes e José Manuel da Cruz, 2.ª secretários de embaixada — promovidos a 1.ª secretários de embaixada, definitivos, continuando colocados na Embaixada de Cabo Verde em Lisboa. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 17 de Junho de 1985).

De 22 de Maio:

Custódia Monteiro de Oliveira Lima — nomeada, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, **interinamente, o cargo de 3.º oficial dos Ser-**

viços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com colocação na Missão Permanente de Cabo Verde junto da ONU, em New York.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 23.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 22 de Junho de 1985).

Despachos do Camarada Ministro do Interior:

De 19 de Abril de 1985:

João Cândido Delgado — nomeado, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, interinamente, o cargo de zelador da Direcção-Geral da Administração Interna, ficando colocado no Secretariado Administrativo da Brava. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 15 de Junho de 1985).

De 17 de Maio:

Maria Celeste Vieira Moniz, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, provisória, da Direcção-Geral da Administração Interna — promovida à classe imediata, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 21 de Maio de 1985. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 17 de Junho de 1985).

De 20:

António Pedro José da Rosa — nomeado, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, interinamente, o cargo de 3.º oficial da Direcção-Geral da Administração Interna, com colocação no Secretariado Administrativo do Fogo.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 51.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 22 de Junho de 1985).

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 6 de Agosto de 1984:

Maria Luisa da Silva Rodrigues Monteiro, professora de posto escolar, contratada — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 53.º do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 22 de Junho de 1985).

De 7 de Março:

Pedro Romão Delgado Rocha, candidato inscrito — contratado para leccionar no ano lectivo de 1984/85, na categoria de professor do 2.º nível, 3.ª classe, com colocação no Posto Escolar n.º 77-B de Andriene. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 15 de Junho de 1985).

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 53.º do orçamento vigente.

De 13:

Maria dos Anjos Almeida Nunes Baptista — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente, do quadro auxiliar do Ministério da Educação e Cultura, com colocação na Escola do Ensino Básico Complementar de Santa Cruz.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 20.º, artigo 145.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 22 de Junho de 1985).

De 15 de Maio:

Dionísio Jorge de Afonseca, condutor-auto de ligeiros de 1.ª classe, contratado, do Ministério da Educação e Cultura — Inspeção-Geral — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 34.º, artigo 239.º do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 15 de Junho de 1985).

De 22:

Maria Isabel Pereira Varela — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente do quadro auxiliar do Ministério da Educação e Cultura, com colocação no Gabinete de Estudos e Planeamento.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 8.º do orçamento vigente.

Elisabete David Pereira Tavares — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente do quadro auxiliar do Ministério da Educação e Cultura, com colocação na Direcção Regional de Educação e Cultura.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 31.º, artigo 213.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 15 de Junho de 1985).

Firmina dos Santos Neves — nomeada, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, interinamente, o cargo de 3.º oficial do quadro de pessoal administrativo do Ministério da Educação e Cultura, com colocação na Escola Preparatória «Jorge Barbosa».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 61.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 22 de Junho de 1985).

De 6 de Junho:

Nicolau de Andrade, professor de posto escolar, contratado — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Juvelina Mendes Mendonça Tavares, professora de posto escolar, contratada, de 2.º nível, 2.ª classe — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Maria Antónia Andrade de Pina, professora de posto escolar, contratada — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Luís Martinho António da Costa, professor de posto escolar, contratado — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Maria Madalena Oliveira Cunha, professora de posto escolar, contratada — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Andreza Avelina Garcia Andrade, professora de posto escolar, contratada — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Maria de Fátima Borges Frederico, professora de posto escolar, contratada — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Luciano Moreno Lopes, professor de posto escolar, contratado — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 53.º do orçamento vigente. — (Anotados pelo Tribunal de Contas em 22 de Junho de 1985).

De 12:

Victor Maunel Varela Monteiro — nomeado, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, interinamente, o cargo de 3.º oficial do quadro administrativo do Ministério da Educação e Cultura, com colocação na CICONCU.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 38.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Junho de 1985).

De 19:

Maria Marta Mendes de Andrade, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, em exercício no Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário — exonerada, a seu pedido, com efeitos a partir de 21 de Junho de 1985.

Ana Correia, contínuo, contratada, da Escola do Ensino Básico Complementar do Fogo — concedida 60 (sessenta) dias de licença registada, com efeitos a partir de 4 de Junho de 1985.

Despachos do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações:

De 1 de Abril de 1985:

João José Sanches Correia — nomeado, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, interinamente, o cargo de marinheiro da Direcção Geral de Marinha e Portos.

Lázaro Severo Delgado e Manuel da Cruz Lopes de Carvalho — assalariado, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercerem o cargo de marinheiros da Direcção-Geral de Marinha e Portos.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º artigo 43.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 22 de Junho de 1985).

Helena Augusta Wahnon de Carvalho Veiga Monteiro, técnica de 3.ª classe, provisória, do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério dos Transportes e Comunicações — promovida à classe imediata, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 4 de Maio de 1985.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 13.º do orçamento vigente.

De 17 de Maio de 1985:

Odete Mendes Barros, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, definitiva, do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério dos Transportes e Comunicações — promovida à classe imediata, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 7 de Maio de 1985.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 17.º do orçamento vigente.

Maria Luisa de Sena Afonseca Almeida, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, definitiva, da Secretaria-Geral do Ministério dos Transportes e Comunicações — promovida à classe imediata, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 4 de Maio de 1985.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 2.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 17 de Junho de 1985).

Despachos do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural:

De 24 de Janeiro de 1985:

Lívia Maria Nobre de Moraes Querido Semedo — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral da Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais do Ministério do Desenvolvimento Rural.

De 4 de Abril:

Serapião António Oliveira, capataz florestal de 1.ª classe, assalariado — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico-auxiliar de 1.ª classe da Direcção-Geral da Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais do Ministério do Desenvolvimento Rural.

As despesas tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º artigo 51.º do orçamento vigente.

De 12:

Claudino Tiago Delgado, técnico de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Rui Manuel de Jesus Leite, técnico profissional de 1.º nível de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral de Agricultura e Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 47.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 15 de Junho de 1985).

De 17:

Armando Monteiro — contratado, nos termos da alínea a) do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, o cargo de operário não qualificado auxiliar de 1.ª classe do Centro de Estudos Agrários, do Ministério do Desenvolvimento Rural.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 54.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 22 de Junho de 1985).

De 29:

Luís Santos, técnico de 3.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural — punido com a pena do n.º 9 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo — demissão, por abandono de lugar.

De 23 de Maio:

Jorge Manuel Benrós Lima, electricista de 1.ª classe, do Centro de Máquinas e Equipamentos do Ministério do Desenvolvimento Rural — autorizado, a prestar serviço, em comissão, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, na Unidade de Reconstituição do Leite, com efeitos a partir de 1 de Abril p. p.

De 24:

Manuel Encarnação Pires, técnico auxiliar de 1.ª classe, definitivo, da Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovido, à classe imediata, nos termos do n.º 4 do artigo 11.º, conjugado com artigo 21.º, ambos do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 16 de Abril de 1985.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 47.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 15 de Junho de 1985).

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 5 de Setembro de 1984:

Félix dos Santos Gomes oficial de diligências de 3.ª classe, definitivo, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — promovido à classe imediata, nos termos do n.º 3 do artigo 49.º do Estatuto do Pessoal Judiciário, com efeitos a partir de 27 de Agosto de 1984, continuando colocado no Tribunal Sub-Regional do Tarrafal.

De 9 de Abril de 1985:

João Baptista Rodrigues, escrivão de Direito de 1.ª classe, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — promovido à classe imediata, nos termos do n.º 5 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 13/84, com efeitos a partir de 28 de Março de 1985, continuando colocado no Juízo Cível do Tribunal Regional de S. Vicente.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 60.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 15 de Junho de 1985).

Claudino Vieira Semedo, ajudante de escrivão de 2.ª classe, provisório, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — concedidos dois meses de licença registada nos termos do artigo 252.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 1 de Agosto do corrente ano.

De 30:

Armanda Alcina Mendes da Fonseca Torres, 1.º ajudante de nomeação definitiva, do quadro da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — promovida, mediante concurso de provas práticas, a conservador dos Registos de 3.ª classe, da mesma Direcção-Geral, continuando a exercer, em comissão as funções de conservador dos Registos de S. Vicente.

Marcelino José Lopes, 1.º ajudante de nomeação definitiva, do quadro da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — promovido, mediante concurso de provas práticas, a conservador dos Registos de 3.ª classe da mesma Direcção-Geral, continuando colocado na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Fogo, com funções de Conservador/Notário.

De 20 de Maio de 1985:

Maria do Espírito Santo Nobre Chantre Lopes da Silva, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, de nomeação definitiva, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 17 de Maio de 1985.

Maria Eduarda Vaz Tavares, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, de nomeação provisória, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 5 de Maio de 1985.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 15 de Junho de 1985).

Maria Alice Pereira de Sousa, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, provisória, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — promovida, definitivamente, à classe imediata, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, conjugado com o § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 5 de Maio do corrente ano.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 35.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Junho de 1985).

Maria Teresa dos Santos Vaz, contínuo, provisória do quadro da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 35.º do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas, em 15 de Junho de 1985).

De 21:

Boaventura José dos Santos, procurador sub-regional de 2.ª classe, de nomeação definitiva — transferido, a seu pedido na mesma situação, do quadro da Magistratura do Ministério Público para o da Magistratura Judicial, continuando a desempenhar, em comissão de serviço, as funções de juiz do Tribunal Regional de 2.ª classe de Santo Antão.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 60.º do orçamento vigente.

Lourenço Andrade Fernandes, condutor-auto de 2.ª classe, provisório, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 60.º do orçamento vigente. — (Anotados pelo Tribunal de Contas em 15 de Junho de 1985).

De 28:

Maria Vieira Fernandes, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, de nomeação provisória, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 21 de Maio do corrente ano.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 35.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 15 de Junho de 1985).

Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 28 de Janeiro de 1985:

Idalina Sanches Tavares Correia Tavares — contratada, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, o cargo de técnico profissional de 1.º nível de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, com efeitos a partir de 28 de Janeiro de 1985.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 20.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 17 de Junho de 1985).

De 25 de Fevereiro:

Clotilde Monteiro Silva, 1.º oficial, interina, da Secretara-Geral do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais — punida com a pena do n.º 3 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo, correspondente a 12 (doze) dias de perda de vencimentos.

Carlos Alberto Barbosa Fernandes, técnico profissional de 1.º nível de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — punido com a pena n.º 3 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo, multa correspondente a seis dias de perda de vencimentos.

António de Campos Monteiro, técnico profissional de 1.º nível de 2.ª classe da Direcção-Geral de Saúde, em serviço na Delegacia de Saúde da Ribeira Grande — punido com a pena n.º 3 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo, multa correspondente a 12 (doze) dias de perda de vencimentos.

Olinda Peggy Toibe Schofield, técnico profissional de 1.º nível de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, em serviço no Hospital «Baptista de Sousa» — punida com a pena do n.º 5 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo, suspensão de exercício e vencimentos por 24 dias.

Emanuel Avelino Sanches de Barros, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais — punido com a pena do n.º 3 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo, multa correspondente a 16 dias de perda de vencimentos.

De 1 de Abril:

São nomeados, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para, provisoriamente, exercerem o cargo de técnico profissional de 1.º nível de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde e colocados nos concelhos que se indicam, os seguintes indivíduos, habilitados com o curso de enfermagem:

Nomes	Concelhos onde ficam colocados
Ana Maria Andrade...	S. Nicolau
Iolanda Maria Lima Fortes ...	S. Vicente
Iria Silva Santiago ...	S. Antão
Josefa dos Santos Tavares Oliveira ...	Brava
Justina Rocha Almeida ...	St.ª Maria/Sal
Marcelina Bandeira Gomes Dias...	S. Vicente
Maria Augusta dos Reis...	S. Vicente
Maria Auxiliadora Fernandes...	St.ª Catarina
Maria de Fátima Lopes Brito ...	S. Antão
Maria de Fátima Gomes Fortes Pinheiro...	S. Vicente
Sílvia Ana Delgado Matos Rocha ...	S. Vicente
Sónia Maria Dias Alves...	S. Vicente
Vitória Soares Lopes...	S. Antão

De 15:

José Tavares — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde.

Manuel Eduíno Neves da Rosa — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe da Direcção-Geral de Saúde.

De 30:

Elizabeth Lisboa Brito Querido, técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe, provisória, da Direcção-Geral de Saúde — promovida à classe imediata, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 26 de Abril de 1985.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 20.º do orçamento vigente.

Maria Daniela do Rosário Sança, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, definitiva, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais — promovida à classe imediata, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 20 de Abril de 1985.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 62.º do orçamento vigente.

Maria Madalena Vaz — contratada, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe da Direcção-Geral de Farmácia.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 52.º do orçamento vigente.

De 8 de Maio:

Maria Filomena do Nascimento Lima Rodrigues — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnica superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, com efeitos a partir de 8 de Maio de 1985.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 17 de Junho de 1985).

De 27:

Maria Salvadora Monteiro Garcia — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente da Direcção-Geral de Saúde.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 22 de Junho de 1985).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 20.º do orçamento vigente.

Maria Madalena Spencer Rodrigues Fortes, técnica de 1.ª classe, definitiva, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais — promovida, nos termos do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, à classe imediata, com efeitos a partir de 15 de Maio de 1985.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 62.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 17 de Junho de 1985).

Emílio Lopes Semedo, técnico profissional de 1.º nível de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — concedido a licença ilimitada, com efeitos a partir de 27 de Maio de 1985.

De 4 de Junho:

Henrique Cesário Leopoldino Lopes Almeida, técnico auxiliar de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — promovido, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 31 de Maio de 1985.

Maria de Lourdes Lima Santos, técnica auxiliar de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 1 de Junho de 1985.

Maria Tereza Soares Évora Monteiro, técnica auxiliar de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 2 de Agosto de 1985.

Clementina Martins — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, o cargo de microscopista, da Direcção-Geral de Saúde, com colocação em S. Filipe — Fogo.

Valeriano Alves Tourinho, técnico auxiliar de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — promovido, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 2 de Agosto de 1985.

Lavinia Silveira Melicio Pires, técnica auxiliar de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 31 de Maio de 1985.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 20.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 22 de Junho de 1985).

De 7:

Monique Liliane Maurice Lima, técnica de 2.ª classe da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 30 de Maio de 1985, que é do seguinte teor:

«Que a examinada seja evacuada para o exterior, por se encontrarem esgotados os recursos locais de tratamento».

«Evacuar para Portugal».

Obs.: Que a examinada venha munida de um relatório sobre a evolução da situação.

De 21:

Augusta Lima Medina Lopes, mãe do director de 2.ª classe, do Ministério da Educação e Cultura, Osvaldo Alcântara Medina Custódio — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 6 de Junho de 1985, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve ser evacuada para o exterior e para um centro especializado em Oftalmologia por estarem esgotados os recursos locais de tratamento».

Despachos do Camarada Ministro da Habitação e Obras Públicas:

De 27 de Outubro de 1984:

Rosa Duarte — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, o cargo de servente, da Direcção-Geral de Urbanismo, Habitação e Saneamento Básico, do Ministério da Habitação e Obras Públicas.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 27.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Junho de 1985).

De 20 de Maio de 1985:

Ángela de Jesus Oliveira Rodrigues, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, provisória, do Gabinete do Ministro da Habitação e Obras Públicas — reconduzida, por mais três anos, no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 15 de Junho de 1985).

Despachos do Camarada Secretário de Estado da Cooperação e Planeamento:

De 30 de Maio de 1985:

Isabel Pedrina Silveira da Cunha Bettencourt, auxiliar (documentação) de 3.ª classe, do Centro de Documentação Técnica e Científica — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 1 de Maio de 1985.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 39.º do orçamento vigente.

De 31:

Margarida Vieira da Silva — contratada, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, o cargo de contínuo da Direcção-Geral da Cooperação.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 74.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 22 de Junho de 1985).

Despacho do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública e Trabalho:

De 31 de Maio de 1985:

Maria Filomena Monteiro Semedo, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, provisória, da Direcção-Geral do Trabalho e Emprego — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 6 de Maio de 1985.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 14.º, artigo 145.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 22 de Junho de 1985).

De 24 de Junho:

Orlando Fortes Duarte, escriturário-dactilógrafa de 1.ª classe, interino, da Direcção-Geral da Função Pública — exonerado, a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir de 11 de Abril de 1985.

Otaniel Adelino Pereira Vaz, professor de posto escolar — autorizado, a prestar serviço, em comissão, na Juventude Africana «Amílcar Cabral» (JAAC-CV), no concelho de Santa Cruz.

Esta autorização retroage a Maio de 1979, data a partir da qual iniciou funções como 1.º secretário da JAAC-CV no concelho de Santa Cruz.

Despachos do Camarada Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros:

De 9 de Maio de 1985:

Eduína Fernandes Brito, candidata classificada em concurso — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de escriturário-dactilógrafa de 2.ª classe, da Direcção-Geral da Administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 6.º do orçamento vigente.

De 30:

Cristina Maria Ramos Lobo, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, de nomeação provisória, da Direcção-Geral da Administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 15 de Maio de 1985.

Nélida Maria Livramento da Lomba de Carvalho Silva, candidata classificada em concurso — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de telefonista da Direcção-Geral da Administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 6.º do orçamento vigente.

Maria Teresa Lopes Ribeiro, técnico superior de 2.ª classe, de nomeação definitiva, da Direcção-Geral dos Assuntos Políticos, Económicos e Culturais do Ministério dos Negócios Estrangeiros — promovida, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 24 de Maio de 1985.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 4.º do orçamento vigente.

De 31:

Maria Isabel Soares de Carvalho, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, de nomeação definitiva, dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 27 de Março de 1985.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 23.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 22 de Junho de 1985).

Despachos do Camarada Director-Geral da Função Pública, por delegação do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública e Trabalho:

De 14 de Maio de 1985:

Joaquim Vaz dos Santos, mecânico de 2.ª classe, do Centro de Máquinas e Equipamentos do Ministério do Desenvolvimento Rural, desligado de serviço para efeitos de aposentação, por despacho de 17 de Janeiro de 1985, publicado no *Boletim Oficial* n.º 8/85 — concedida a aposentação definitiva no lugar, com direito a pensão anual de 104 550\$, calculada de harmonia com o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto n.º 52/75, conjugado com a alínea b) do n.º 4 do artigo 4.º do mesmo diploma e correspondente a 34 anos de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 69.º do orçamento vigente.

De 22:

Martinho Lopes da Graça, condutor-auto de pesados de 1.ª classe do Centro de Máquinas e Equipamentos do Ministério do Desenvolvimento Rural, desligado de ser-

viço para efeitos de aposentação, por despacho publicado no *Boletim Oficial* n.º 39/84 — concedida a aposentação definitiva no lugar, com direito à pensão anual de 91 680\$, fixada de harmonia com o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto n.º 52/75, conjugado com a alínea b) do n.º 4 e o n.º 7, ambos do referido diploma, acrescida do aumento concedido à classe inactiva pelo Decreto n.º 147/79, artigo 2.º, alínea c), correspondente a 32 anos de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 65.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 15 de Junho de 1985).

Despacho do Camarada Comandante da 1.ª Região Militar:

De 22 de Maio de 1985:

Filomena Maria Gonçalves, servente do Comando da 1.ª Região Militar — punida com a pena do n.º 3 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo, correspondente a 3 (três) dias de perda de vencimentos.

Despacho do Camarada Inspector-Geral do Ministério do Desenvolvimento Rural:

De 25 de Março de 1985:

Maria Eugénia Pereira Gonçalves Rodrigues, servente, assalariada, da Secretaria-Geral do Ministério do Desenvolvimento Rural — punida com a pena do n.º 3 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo, graduada em (10) dez dias de multa.

Despachos do Camarada Director do Hospital Central da Praia, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 7 de Junho de 1985:

Maria Madalena Almeida Cardoso, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe da Direcção-Geral dos Assuntos Judiciários do Ministério da Justiça — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 6 de Junho de 1985, que é do seguinte teor:

«Que a examinada necessita deslocar-se a S. Vicente a fim de ser presente a uma consulta de Estomatologia, para colocação de prótese».

De 21:

Lúcia Miranda Silveira Pires, professora do 3.º nível de 3.ª classe da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 6 de Junho de 1985, que é do seguinte teor:

«Que a examinada necessita ser observada com urgência numa consulta de Estomatologia em S. Vicente (Dr. Aníbal)».

Afonso Correia Borges auxiliar de Administração da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido, em sessão de 20 de Junho de 1985, que é do seguinte teor:

«A Junta mantém o parecer emitido na sessão de 14 de Março do corrente ano».

Obs. «O doente possui obstrução da circulação linfática dos membros inferiores por filariase, situação que não carece de evacuação para o exterior».

Deliberação do Conselho Deliberativo do Maio:

De 28 de Fevereiro de 1985:

Zuzete dos Santos Moreira — contratada, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, o cargo de vigilante de 2.ª classe do quadro privativo do Secretariado Administrativo do Maio.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º, n.º 1 do orçamento Municipal. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 16 de Maio de 1985).

1. Lista definitiva dos candidatos admitidos ao concurso para provimento de vagas nas categorias de 3.º oficial e de escriturário-dactilógrafo do quadro de pessoal da Direcção dos Serviços Penitenciários, conforme anúncio constante no *Boletim Oficial* n.º 18/85, de 4 Maio, homologada por despacho do Camarada Ministro da Justiça, de 11 de Junho de 1985:

Admitidos:

Para 3.º oficial:

José Pedro Salomão Barbosa.

Para escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe:

Ana Rita Cardoso Fernandes.  
 António Raimundo Gomes de Brito.  
 Laurinda de Sousa Moreno.  
 Luis Eduardo Furtado de Almeida Cardoso.  
 Maria Helena da Conceição Fernandes.  
 Maria de Lourdes Rodrigues Monteiro.  
 Maria Paula Freire Vaz.  
 Zulmira Ribeiro Silva.

Excluído:

José Manuel Semedo Tavares Fernandes.

Obs. a) Por não ter entregue os documentos exigidos no anúncio do concurso.

2. O júri a funcionar no referido concurso, será assim constituído:

Presidente:

Júlio dos Reis Mascarenhas, adjunto do Procurador Regional da Praia.

Vogais:

Apolinário Sanches Tavares, escrivão de Direito de 2.ª classe, definitivo, das Secretarias Judiciais e do Ministério Público;

Manuel dos Reis Lopes de Pina, 1.º oficial, definitivo, da Direcção-Geral dos Assuntos Judiciários.

Secretário:

Maria Madalena Faria Lopes, 1.º oficial, interina, da Direcção-Geral dos Assuntos Judiciários.

Adiantamento à lista provisória dos candidatos admitidos e excluídos ao concurso de promoção à categoria de 3.º ajudante do quadro da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, publicada à página 376, do *Boletim Oficial* n.º 23, de 8 de Junho do corrente ano:

António Anacleto Fortes, incluído na referida lista como candidato ao referido concurso.

## COMUNICAÇÕES

Para os devidos efeitos se comunica, que faleceu no dia 8 de Junho do corrente ano, Zulmira Fortes, ex-servente da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais.

Nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto n.º 47/75, de 15 de Novembro, foi designada, pelo Delegado do Governo da Ribeira Grande, a escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe Arminda Secatarina Barros Beatriz, para substituir o Secretário Administrativo, substituto, durante o período em que este se encontrar de 30 dias de licença disciplinar, a partir de 18 de Março do corrente ano.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 31.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 17 de Junho de 1985).

## RECTIFICAÇÕES

Por terem saído de forma inexacta os despachos publicados no *Boletim Oficial* n.º 24/85, de 15 de Junho, novamente se publica:

Despacho dos Camaradas Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Saúde e Assuntos Sociais:

De 30 de Maio de 1985:

Alcestina Oliveira Tolentino, técnica principal, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais — destacada do referido Ministério e colocada na Embaixada de Cabo Verde em Portugal, como conselheira para assuntos de Emigração, com efeitos a partir de 1 de Maio de 1985.

Os encargos resultantes desde despacho continuarão a ser suportados pela «verba» do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais:

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 23/85, de 8 de Junho de 1985, a nomeação de Fernando Jorge Livramento Santos da Moeda, novamente se publica:

Despacho do Camarada Ministro da Defesa Nacional:

De 4 de Maio de 1985:

Fernando Jorge Livramento Santos da Moeda, técnico superior de 3.ª classe, provisório, do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Defesa Nacional — promovido, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei

n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 12 de Abril de 1985, continuando a exercer o cargo de assessor do Ministro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 13.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 30 de Maio de 1985).

Ao despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura de 6 de Dezembro de 1984, publicado no *Boletim Oficial* n.º 52, de 29 de Dezembro de 1984 a páginas 774 respeitante ao contrato de Carla Gomes Marques da Silva na categoria de professora do 5.º nível, com colocação no Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário.

Onde se lê:

Carla Marques;

Deve ler-se:

Carla Gomes Marques da Silva.

Ao despacho do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais, publicado no *Boletim Oficial* n.º 11/85, relativamente à data da nomeação de Maria Deolinda de Jesus da Luz, no cargo de técnica de 3.ª classe, provisório, da Direcção-Geral de Saúde:

Onde se lê:

«De 25 de Fevereiro de 1985».

Deve-se ler-se:

«De 2 de Janeiro de 1985».

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 27 de Junho de 1985. — O Director-Geral, Noel Monteiro de Sousa Pinto.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS

### Tribunal de Contas

Extractos de acórdãos:

Relator: — Ex.º Juiz-Presidente, Dr. António Manuel Mascarenhas Gomes Monteiro.

Processo n.º 3/85:

Secretariado Administrativo do Concelho de Santa Catarina, pela sua gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1984, julgada quite por duto Acórdão de 20 de Junho de 1985, com a receita de 20 034 109\$60, incluindo o selo de 1 727 175\$40 da gerência anterior, a despesa de 17 231 104\$10 e o saldo de 2 803 005\$50, a transportar para a gerência seguinte.

Relator: — Ex.º Juiz-Conselheiro, Dr. Óscar Alexandre Silva Gomes.

Processo n.º 4/85:

Secretariado Administração do Concelho do Fogo, pela sua gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1984, julgada quite por auto Acórdão de 26 de Junho de 1985, com a receita de 18 126 057\$45, a despesa de 13 615 273\$55 e o saldo de 4 510 789\$90, a transitar para a gerência seguinte.

Secretaria do Tribunal de Contas, 26 de Junho de 1985. — O escrivão de 3.ª classe, Danielson Carlos Nazoline de Macedo Amado.

## AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

### MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS

#### Secretaria de Estado das Finanças

Direcção-Geral das Alfândegas de Cabo Verde

Alfândega da Praia

EDITAL

*Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Morais*, Director da Alfândega da Praia.

Nos termos do disposto no artigo 675.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas, aprovado pelo Decreto n.º 43 193, de 29 de Setembro de 1960, faço saber que no próximo dia 11 de Julho do corrente ano, pelas 9 horas, no recinto desta Alfândega se procederá à venda em hasta pública (1.ª praça) das mercadorias abaixo discriminadas e constantes do processo administrativo n.º 23/84.

**Lote único:** Constituído por 983 barrotes de madeira de pinho branco c/2,6m×0,08×0,08, com o peso bruto de 5.898 quilos; 1.310 barrotes de madeira de pinho branco com 2,6m×0,08×0,04, com o peso bruto de 3.940 quilos e 39 vigas de madeira de pinho branco com 2,6m×0,08×0,15, com o peso bruto de 468 quilos, todos na base de licitação de 275 881\$00.

A mercadoria será arrematada no estado em se encontra e o valor da praça será acrescido da percentagem de dez por cento sobre a qual não recairá adicional algum.

E, para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, aos 24 de Junho de 1985. — O Director, *Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Morais*.

(140)